



Real Transporte e Turismo S.A.

CNPJ 92.016.484/0001-85

Caçador - SC

**Demonstrações financeiras do exercício
findo em 31 de dezembro de 2025**



Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



REAL TRANSPORTE E TURISMO S.A.

CNPJ 92.016.484/0001-85

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

A Diretoria da REAL TRANSPORTE E TURISMO S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta a seguir, as respectivas demonstrações financeiras e patrimoniais, parecer dos Auditores Independentes, do exercício de 2025, objetivando divulgar o desempenho da companhia para a sociedade, parceiros, investidores e usuários.

Considerações Finais

As empresas **Reunidas S.A. Transportes Coletivos, Real Transporte e Turismo S.A. e Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A.**, cumpriram todas as obrigações previstas no plano de recuperação judicial, sendo que o Poder Judiciário de Santa Catarina, através do Juízo da Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais da Comarca de Concordia, no dia 27/09/2023 proferiu sentença judicial decretando o encerramento do processo de Recuperação Judicial das citadas empresas, tendo sido certificado o transito em julgado da referida decisão no dia 13/11/2023.

Ainda, existem processo de habilitação de crédito em tramite, os quais deverão ser honrados tão logo tenham decisões judiciais transitadas em julgado, não sendo possível mensurar o valor a ser desembolsado.

Caçador, 17 de Abril de 2026.

Vinicius Marins
Diretor Presidente

Marcelo Chiarello
Diretor Vice-Presidente



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Real Transporte e Turismo S.A.
Caçador – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Real Transporte e Turismo S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Real Transporte e Turismo S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza Relevante

Sem ressaltar nossa opinião, a Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2025 passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 291.070 Mil em contraposição ao ativo circulante e realizável a longo prazo no montante de R\$ 1.151 Mil, gerando passivos superiores em R\$ 289.919 Mil, sendo necessário para continuidade normal das suas operações, a equalização da situação patrimonial e financeira. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das operações.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de abril de 2026.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1 S/SC
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1 S/SC



Real Transporte e Turismo S.A.

Caçador - SC

Balanco patrimonial

Ativo

		Em milhares de reais	
		31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Circulante	Nota	1.054	617
Caixa e equivalentes de caixa	5	529	269
Contas a receber de clientes	6	204	15
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	7	238	215
Tributos a recuperar		2	8
Estoques		15	11
Outros direitos realizáveis		66	99
Não circulante		482.970	507.409
Direitos realizáveis		97	205
Cauções e depósitos	8	97	205
Investimentos	9	435.372	459.058
Imobilizado	10	47.472	48.117
Intangível		29	29
Total do ativo		484.024	508.026

Passivo e patrimônio líquido

		Em milhares de reais	
		31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Circulante	Nota	26.128	19.626
Fornecedores	11	129	144
Obrigações sociais e trabalhistas	12	963	904
Obrigações fiscais e tributárias	13	681	7.061
Férias e encargos a pagar		356	377
Parcelamentos de tributos	14	22.518	10.227
Obrigações vinculadas a recuperação judicial		923	530
Outras obrigações		558	383
Não circulante		264.942	277.850
Parcelamentos de tributos	14	14.151	15.920
Provisão p/ contingências	15	5.422	6.333
Partes relacionadas	16	4.693	3.541
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	9	109.754	117.853
IR e CS Passivo diferido	17	130.922	134.203
Patrimônio líquido	18	192.954	210.550
Capital social		17.500	17.500
Reservas de lucros		174.484	191.913
Ajustes de avaliação patrimonial		970	1.137
Total do passivo e do patrimônio líquido		484.024	508.026

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



Real Transporte e Turismo S.A.

Caçador - SC

Demonstração do resultado

		Em milhares de reais		
		Períodos		
		01/jan./25	01/jan./24	
		a	a	
Nota		31/dez./25	31/dez./24	
	Receita operacional líquida	19	9.462	9.010
	Custos		(4.146)	(5.509)
	Lucro bruto		5.316	3.501
	(Despesas)/receitas operacionais		5.707	22.398
	Despesas gerais e administrativas		(1.023)	(1.658)
	Despesas c/ vendas		(1.302)	(1.199)
	Outros ganhos/(perdas) líquidos	20	8.032	25.255
	Resultado antes das receitas e despesas financeiras		11.023	25.899
	Receitas financeiras	21	1.921	2.235
	Despesas financeiras	21	(6.415)	(4.345)
	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		6.529	23.789
	IR e CS Diferidos	17	(2.224)	(4.612)
	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		4.305	19.177

Demonstração do resultado abrangente

		Em milhares de reais		
		Períodos		
		01/jan./25	01/jan./24	
		a	a	
		31/dez./25	31/dez./24	
	Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		4.305	19.177
	Movimentação do exercício		0	0
	Resultado abrangente do exercício		4.305	19.177



Real Transporte e Turismo S.A.

Caçador - SC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

Eventos	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Totais
		Reserva legal	Reservas de lucros a disposição dos acionistas			
Saldos iniciais em 01 de dezembro de 2024	17.097	3.419	176.866	1.273	0	198.655
Realização do custo atribuído imobilizado				(136)	136	0
Ajuste valor justo pela devolução dos imóveis (PPI)					(7.282)	(7.282)
Lucro líquido do exercício					19.177	19.177
Destinações propostas no exercício:						
- Integralização de capital	403				(403)	0
- Constituição/(reversão) de reservas		81	11.547		(11.628)	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	17.500	3.500	188.413	1.137	0	210.550
Realização do custo atribuído imobilizado				(167)	167	0
Ajuste valor justo pela devolução dos imóveis (PPI)					(21.901)	(21.901)
Lucro líquido do exercício					4.305	4.305
Destinações propostas no exercício:						
- Constituição/(reversão) de reservas			(17.429)		17.429	0
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	17.500	3.500	170.984	970	0	192.954



Real Transporte e Turismo S.A.
Caçador - SC
Demonstração dos fluxos de caixa
(Método indireto)

	Em milhares de reais	
	Períodos	
	01/jan./25 a 31/dez./25	01/jan./24 a 31/dez./24
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado antes do IR e da CS	6.529	23.789
Ajustado por:		
Ajustes ao valor justo - Propriedades para investimento	(6.791)	(25.981)
Alienação do imobilizado	380	2.407
Alienação de investimentos	8.576	14.746
Depreciação/amortização	329	323
Férias e encargos a pagar	(21)	11
Provisão p/ contingências	(911)	758
Atualizações de direitos/obrigações	4.064	4.109
Resultado ajustado	12.155	20.162
(Aumento)/redução dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(189)	253
Tributos a recuperar	6	11
Estoques	(4)	2
Outros direitos realizáveis	33	(22)
Aumento/(redução) dos passivos:		
Fornecedores	(15)	(39)
Obrigações sociais e trabalhistas	59	(589)
Obrigações fiscais e tributárias	(11.885)	(7.309)
Parcelamentos de tributos	6.458	(2.767)
Obrigações vinculadas a recuperação judicial	393	(58)
Outras obrigações	175	(91)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.186	9.553
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no imobilizado	(64)	(262)
Aplicações em investimentos	0	(8)
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	(23)	(21)
Cauções e depósitos	108	782
Partes relacionadas - Ativo	0	5.044
Caixa líquido proveniente/(aplicado) das atividades de investimento	21	5.535
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas - Passivo	1.152	3.541
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	(8.099)	(18.676)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(6.947)	(15.135)
Aumento líquido/(diminuição) de caixa de equivalentes de caixa	260	(47)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	269	316
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	529	269



Real Transporte e Turismo S.A.

CNPJ 92.016.484/0001-85

Caçador - SC

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em milhares de reais)

Nota 1. Informações gerais

A Companhia iniciou suas atividades em 26 de janeiro de 1970, e tem por objeto social o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, exceto regiões metropolitanas.

A diretoria da Companhia autorizou a conclusão e divulgação destas demonstrações financeiras em 17 de abril de 2026, as quais consideram os eventos subsequente ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Recuperação judicial

Em 02 de maio de 2016, a companhia, e também as companhias controladoras **Reunidas S.A. Transportes Coletivos** e **Reunidas Transportadora de Cargas S.A.**, ajuizaram o pedido de recuperação judicial nos termos da Lei nº 11.101/05.

O pedido de recuperação judicial decorre do aprofundamento da crise nacional com impacto direto na operação de transporte terrestre de passageiros e cargas, bem como do agravamento do endividamento do Grupo Reunidas.

A medida objetiva a recuperação da companhia através da reestruturação do seu passivo financeiro, a fim de viabilizar a superação de sua crise econômico-financeira, com a consequente preservação do negócio, dos empregos a ele associados, devolvendo a sociedade e aos seus credores, através de sua continuidade, os benefícios obtidos com a eventual aprovação do plano.

Em 09 de maio de 2016 foi proferida decisão deferindo, nos termos da Lei nº 11.101/15, o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela companhia, nomeando, como administrador judicial, o Sr. Luiz W. Jung, da Moore Stephen Auditores e Consultores.

O plano de recuperação judicial foi apresentado na Assembleia realizada em 05 de dezembro de 2017, sendo aprovado pelos credores nessa data, e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em 18 de dezembro de 2017.

Encerramento recuperação judicial

Em 27 de setembro de 2023, foi decretado o encerramento da recuperação judicial da Companhia e também de suas controladoras **Reunidas S.A. Transportes Coletivos** e **Reunidas Transportadora de Cargas S.A.**, nos termos do artigo 63, da Lei nº 11.101/05, tendo sido certificado o trânsito em julgado da referida decisão no dia 13/11/2023.



Reestruturação

A Companhia vem desenvolvendo uma série de ações com o intuito de viabilizar a operação, dentre as quais merecem destaque:

- Profissionalização da companhia com a entrada de novos responsáveis pelas áreas de operações e financeiras;
- Revisão do modelo de negócios, com reestruturação da companhia, readequação da política salarial com reorganização de cargos e salários;
- Reavaliação de custos com fornecedores e parceiros;
- Otimização e reavaliação de linhas deficitárias;
- Desmobilização de ativos; e
- Revisão de processos nas áreas administrativas e operacionais.

Em junho de 2023, foi firmada transação tributária individual com objetivo de equacionamento de inscrições em Dívida Ativa da União constituídos em face das empresas do Grupo Reunidas, de forma a equilibrar os interesses das partes, com o encerramento de litígios judiciais e administrativos e a quitação dos débitos. Os pagamentos das parcelas se iniciaram em 2023 e o grupo terá “balões” para pagamento nas respectivas parcelas nº 12, 24, 36, 48 e a partir da 60, o grupo está realizando estudos com o intuito de vender imóveis para honrar com esses “balões”.

Em abril de 2024, foi firmado parcelamento junto ao Estado de São Paulo com objetivo de regularizar as inscrições em Dívida Ativa constituídas em face das Companhias do Grupo Reunidas. Os pagamentos das 120 parcelas se iniciaram em 2024 e são lineares tendo como garantia imóveis alienados fiduciariamente. Foi reconhecido no grupo de receitas e despesas financeiras o ganho vinculado ao estorno de multas fiscais.

Nota 2. Resumo das principais políticas contábeis

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.



A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa “3”.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, na conta de “Encargos Financeiros Líquidos”.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui caixas e equivalentes de caixa, nessa classificação.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.



Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui contas a receber de clientes, nessa classificação.

d) Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, no caso da Companhia, compreendem saldos a pagar a fornecedores.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*.

A provisão constituída está composta por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento e pela reversão decorrente do recebimento de títulos anteriormente provisionados. A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Reversão de Perdas de Títulos Incobráveis" na demonstração do resultado.



Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título. A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento.

A provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos a receber.

2.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio histórico, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado, no curso normal dos negócios, deduzidos os custos históricos e conversão bem como custos para colocar os estoques em sua localização e condição atual.

2.6 Investimentos

Os adiantamentos para futuro aumento de capital, face à intenção da Companhia, são classificados em Investimentos e mensurados ao custo de aquisição.

Os imóveis destinados a valorização de capital e/ou locação são classificados como Propriedades para Investimentos, sendo mensuradas e avaliadas pelo valor justo, conforme laudos de avaliadores independentes.

Os demais investimentos são avaliados pelo método de custo e submetidos ao teste de recuperabilidade, sendo reduzidos ao valor recuperável quando aplicável.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.



A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(Perdas) líquidos", na demonstração do resultado.

2.8 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização, quando aplicável, a qual leva em consideração o prazo de vida útil e/ou de realização estimado dos ativos intangíveis.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.10 Partes relacionadas

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações entre as partes relacionadas. A Companhia possui operações financeiras e comerciais junto a partes relacionadas, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

2.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base "pro-rata die".

2.12 Provisões

As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.



São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a contribuição social passivo diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, incidentes sobre os ajustes ao valor das propriedades para investimentos e/ou incidentes sobre os ajustes de avaliação patrimonial do custo atribuído. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O Imposto de renda e contribuição social diferido são apresentados líquidos.

O regime tributário da Companhia é o lucro real.

2.14 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.



A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

2.15 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma não trouxe impacto significativo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Nota 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos.



Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Nota 4. Gestão de risco financeiro

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de riscos financeiros

As atividades da companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de mercado

Risco cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, tão logo não está exposta ao risco cambial.



Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

Nota 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Caixa matriz e filiais	506	246
Bancos conta movimento	23	23
	<u>529</u>	<u>269</u>

Nota 6. Contas a receber de clientes

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Duplicatas a receber	5	7
Cartão de crédito	200	8
(-) PeCLD	(1)	0
	<u>204</u>	<u>15</u>

O aging list da carteira de recebíveis é apresentado abaixo:

Período	Títulos a	Títulos	Total
	Vencer em 31/dez./25	Vencidos em 31/dez./25	
1 a 30 dias	112	-	112
31 a 60 dias	32	-	32
61 a 90 dias	25	-	25
91 a 120 dias	16	-	16
121 a 180 dias	18	-	18
181 a 360 dias	1	-	1
Mais de 361 dias	-	1	1
Total	<u>204</u>	<u>1</u>	<u>205</u>



Nota 7. Adiantamentos a funcionários e fornecedores

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Adiantamentos a funcionários	14	20
Adiantamentos a fornecedores	224	195
	<u>238</u>	<u>215</u>

Nota 8. Cauções e depósitos

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Causas trabalhistas	80	184
Bloqueio judicial	17	21
	<u>97</u>	<u>205</u>

Nota 9. Investimentos e adiantamentos para futuro aumento de capital

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Propriedades para investimentos	435.352	459.050
Outros investimentos	20	8
	<u>435.372</u>	<u>459.058</u>

Propriedades para investimentos

Para a adoção do método do valor justo disposto no NBC TG 28 – Propriedade para Investimentos, a Companhia contratou especialistas, que emitiram laudo em 31 de dezembro de 2025. A composição dos saldos está assim demonstrada:

<u>Valores contábeis da propriedade para investimento</u>	<u>Prédios e benfeitorias</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Totais</u>
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2024	10.232	444.844	455.076
Baixas	(1.947)	(20.060)	(22.007)
Ajuste ao valor justo líquido	255	25.726	25.981
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	8.540	450.510	459.050
Baixas	(12)	(30.477)	(30.489)
Ajuste ao valor justo líquido	433	6.358	6.791
Saldos finais em 31 de dezembro de 2025	<u>8.961</u>	<u>426.391</u>	<u>435.352</u>

O valor do ajuste ao valor justo foi reconhecido no resultado da Companhia, na conta de “Outros ganhos/(Perdas) Líquidos, sendo reconhecido o IR e CS Passivo diferido.

Adiantamento para futuro aumento de capital

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Passivo		
Reunidas Coletivos	28.611	30.941
Reunidas Transportes	19.733	25.502
Reunidas Cargas	61.410	61.410
	<u>109.754</u>	<u>117.853</u>



Nota 10. Imobilizado

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído “deemed cost”, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, a taxas estabelecidas em função do tempo de fruição dos benefícios econômicos. A contrapartida do custo atribuído dos bens do imobilizado foram registrados na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial na adoção inicial das normas Internacionais, líquido dos tributos diferidos, os quais registrados no Passivo Não Circulante.

Imobilizado	Taxa (%) depreciação	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31 de	31 de
				Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
				Valor residual	Valor residual
Terrenos	-	34.457	-	34.457	34.456
Edificações	5%	12.618	(2.436)	10.182	10.464
Móveis e utensílios	10%	25	(4)	21	6
Máquinas e equipamentos	10%	5	(2)	3	3
Software	20%	4	(4)	-	0
Veículos	20%	11.770	(8.963)	2.807	3.186
Equip. de informática	20%	10	(8)	2	2
		<u>58.889</u>	<u>(11.417)</u>	<u>47.472</u>	<u>48.117</u>

A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida no imobilizado da Companhia no período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025:

Imobilizado	31 de	Aquisições	Baixas	Depreciação	31 de
	Dezembro de 2024				Dezembro de 2025
Terrenos	34.456	1	-	-	34.457
Edificações	10.464	44	-	(326)	10.182
Móveis e utensílios	6	17	-	(2)	21
Máquinas e equipamentos	3	-	-	-	3
Veículos	3.186	-	(378)	(1)	2.807
Equip. de informática	2	2	(2)	-	2
	<u>48.117</u>	<u>64</u>	<u>(380)</u>	<u>(329)</u>	<u>47.472</u>

Nota 11. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante, (com prazo de vencimento em até 12 meses), conforme composição apresentada:

Fornecedores	31 de	31 de
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	<u>129</u>	<u>144</u>
	<u>129</u>	<u>144</u>

O aging list da carteira de fornecedores é apresentado abaixo:



Período	Títulos a Vencer em 31/dez./25	Títulos Vencidos em 31/dez./25	Total
1 a 30 dias	39	10	49
31 a 60 dias	5	0	5
61 a 90 dias	3	0	3
91 a 120 dias	2	0	2
121 a 180 dias	0	10	10
181 a 360 dias	0	58	58
Mais de 361 dias	0	2	2
Total	49	80	129

Nota 12. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Salários a pagar	78	122
Pensão alimentícia	2	2
INSS a recolher	349	47
FGTS a recolher	154	35
Contribuição sindical	377	695
Reversão de acordo sindical	3	3
Rescisões a pagar	0	0
	963	904

Nota 13. Obrigações fiscais e tributárias

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
PIS a recolher	38	14
COFINS a recolher	236	64
ISS a recolher	6	6
IRRF a recolher	32	12
ICMS a recolher	363	6.868
Outros tributos a recolher	6	97
	681	7.061



Nota 14. Parcelamentos de tributos

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Parcelamentos ICMS	16.103	5.984
Parcelamentos IRRF	0	13
Parcelamentos IOF	0	20
Parcelamentos PIS e COFINS	0	92
Parcelamentos Federal	3.837	1.665
Parcelamentos DETER	350	349
Parcelamentos INSS	0	135
Parcelamentos Agergs	1.224	1.080
Parcelamentos ANTT	1.004	889
Passivo circulante	<u>22.518</u>	<u>10.227</u>
Parcelamentos ICMS	2.437	4.290
Parcelamentos Federal	11.714	10.791
Parcelamento IOF	0	63
Parcelamento IRRF	0	41
Parcelamento PIS	0	52
Parcelamento COFINS	0	245
Parcelamento INSS	0	438
Passivo não circulante	<u>14.151</u>	<u>15.920</u>
Total do passivo circulante e não circulante	<u><u>36.669</u></u>	<u><u>26.147</u></u>

Transação Tributária Individual

Em 30 de junho de 2023 a Companhia firmou o termo de transação individual, com fundamento no artigo 171, da Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020. As parcelas iniciaram em 2023 e possuem “balões” para pagamento a cada 12 parcelas.

Os efeitos contábeis relativos à redução de juros, multas, créditos de prejuízos fiscais e base negativa foram reconhecidos dentro do exercício de 2023.

Nota 15. Provisões para contingências

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante contabilizado de ações com probabilidade de perda provável representa R\$ 5.422 (R\$ 6.333, em 31 de dezembro de 2024), abaixo demonstramos por processos:



Tipo da ação	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Ações trabalhistas	1.243	1.243
Ações cíveis	792	1.518
Ações fiscais	3.387	3.572
Total	5.422	6.333

As ações classificadas como perdas possíveis, representam R\$ 68.105, em 31 de dezembro de 2025, para as quais não são requeridos os correspondentes registros contábeis como provisões para contingências, apenas divulgação em nota explicativa.

Nota 16. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidos pela Companhia operações com partes relacionadas, tais como contas a receber de negociações comerciais e contratos entre as partes. O demonstrativo abaixo apresenta, discriminado por modalidade tais operações com estas partes relacionadas:

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Partes relacionadas ativo		
Reunidas Transportes	814	2.946
	814	2.946
Partes relacionadas passivo		
Reunidas Transportadora Rodoviária De Cargas S.A	2.297	3.446
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	3.210	3.041
	5.507	6.487
Efeito líquido entre ativo e passivo	(4.693)	(3.541)

Contratos

As operações junto às empresas do grupo, relativos a aportes de capital de giro para manutenção das atividades normais das referidas Companhias estão suportadas por contratos, firmados por tempo indeterminado, ficando pré-estabelecido que as devoluções dos recursos transferidos, a título de mútuo, deverão ocorrer quando se fizer necessário ou conveniente, levando em consideração a situação financeira e a necessidade de cada Companhia.

Sobre os referidos contratos incidem juros e encargos sobre o valor do principal.



Nota 17. IR e CS Diferido

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
IRPJ passivo diferido (ajuste de avaliação patrimonial)	308	431
CSLL passivo diferido (ajuste de avaliação patrimonial)	111	155
IRPJ passivo diferido (propriedade p/ investimento)	95.958	98.248
CSLL passivo diferido (propriedade p/ investimento)	34.545	35.369
Passivo não circulante	<u>130.922</u>	<u>134.203</u>

O IR e CS Passivo incidentes sobre a realização do custo atribuído do ativo imobilizado, bem como sobre o reconhecimento do ajuste ao valor justo das propriedades para investimentos são registrados em contrapartida da conta de IR e CS Diferidos, no resultado do exercício, representando (R\$ 2.224) em 31 de dezembro de 2025 ((R\$ 4.612) em 31 de dezembro de 2024).

Nota 18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é composto de 3.400.000 (três milhões e quatrocentas mil) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por sócios nacionais:

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Capital social subscrito	<u>17.500</u>	<u>17.500</u>
	<u>17.500</u>	<u>17.500</u>
	Quantidade de ações	Participação (%)
Reunidas Transp. Rodoviária de Cargas S.A.	<u>3.400.000</u>	<u>100,00%</u>
	<u>3.400.000</u>	<u>100,00%</u>

Reserva legal

Calculada nos termos do artigo nº 193, da Lei nº 6.404/76, à razão de 5% (cinco por cento) do Lucro líquido do exercício.

Lucros a disposição dos acionistas

O saldo restante da conta de Lucros a Disposição dos Acionistas, deduzidos das destinações propostas no exercício, será destinado a Reservas de Lucros a Disposição dos Acionistas, conforme disposto no artigo nº 202, da Lei nº 6.404/76.

Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao “*deemed cost*” do Imobilizado, relativo a adoção inicial ao IFRS, líquido do IR e CS Passivo Diferido. Durante o ano de 2025 as movimentações no saldo de ajuste de avaliação patrimonial foram referentes vendas/baixas de bens.



Nota 19. Receita operacional líquida

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
(+) Receita operacional bruta		
Receita transporte de passageiros interestadual	219	220
Receita transporte de passageiros intermunicipal	12.929	12.104
Receita transporte de cargas	120	111
(-) Deduções		
Devoluções e abatimentos	(2.182)	(1.994)
Impostos e contribuições	(1.624)	(1.431)
	<u>9.462</u>	<u>9.010</u>

Nota 20. Outros ganhos/(Perdas) líquidos

Em 31 de dezembro de 2025, os valores representam R\$ 8.032 (R\$ 25.255, em 31 de dezembro de 2024) sendo gerados, em sua grande maioria, pelos efeitos do ajuste ao valor justo sobre os imóveis considerados como Propriedades para Investimentos.

Nota 21. Receitas e despesas financeiras

	31 de Dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
(+) Receitas financeiras		
Juros sobre capital próprio	2	3
Descontos obtidos	2	4
Outras receitas financeiras	14	78
Descontos obtidos - Transações tributárias (*)	1.903	2.150
	<u>1.921</u>	<u>2.235</u>
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre tributos e fornecedores	(6.296)	(4.213)
Descontos concedidos	(58)	(45)
Despesas bancárias	(20)	(18)
IOF - Imposto sobre operações financeiras	(35)	(54)
Outras despesas financeiras	(6)	(15)
	<u>(6.415)</u>	<u>(4.345)</u>

(*) Em 2024 foi reconhecido ganho sobre o estorno de multas fiscais obtidos na consolidação do parcelamento junto ao Estado de São Paulo, enquanto que em 2024 o ganho estava vinculado a Transação Individual firmada junto a União.

Nota 22. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil, a contratação de seguros é efetuada de acordo com o grau dos riscos envolvidos, cuja política é contratar por valores condizentes.



O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Nota 23. Eventos subsequentes

Em 2026, a Companhia perdeu o parcelamento de tributos federais no montante de R\$ 1.581. Esforços estão sendo realizados para reverter a situação.